# EDITAL DA CONCORRÊNCIA 04/2024

# PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 67/2024

**Recebimento de Envelopes até dia 15 de agosto de 2024 às 08:30 horas**

**Abertura: Dia 15 de agosto de 2024 às 09:00 horas**

**A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATINGA**, situada na Rua Nove de Julho, 304, centro, Itatinga/SP, CEP 18690-023, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, do tipo **MAIOR RETORNO ECONÔMICO**, na forma **PRESENCIAL**, nos termos da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021 (https://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm), do Decreto 11.462, de 31 de março de 2023 (https://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2023-2026/2023/decreto/D11462.htm) e decretos municipais n° 3468 (<https://itatinga.sispref.com.br/arquivo?Id=124995>) e n° 1951 (https://leismunicipais.com.br/a/sp/i/itatinga/decreto/2012/195/1951/decreto-n-1951-2012-regulamenta-a-lei-complementar-n-158-de-16-de-setembro-de-2010-e-da-outras-providencias) e n°2557 (https://leismunicipais.com.br/a/sp/i/itatinga/decreto/2018/255/2557/decreto-n-2557-2018-dispoe-sobre-alteracao-de-dispositivos-do-decreto-n-1951-de-05-de-outubro-de-2012-que-regulamenta-a-lei-complementar-n-158-de-169-de-setembro-de-2010-e-adota-outras-providencias) demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Constituem partes integrantes do presente edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo De Referência;

Anexo II – Modelo De Procuração Para Credenciamento;

Anexo III – Modelo De Declaração Para ME e EPP;

Anexo IV – Modelo De Modelo Declaração Conjunta;

Anexo V – Minuta De Contrato;

Anexo VI – Modelo De Proposta Comercial;

# DO OBJETO

1.1 A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REMOÇÃO, RETENÇÃO E APREENSÃO DE VEÍCULOS, COM BASE NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, BEM COMO A RESPECTIVA GUARDA DOS MESMOS, EM PÁTIO PROVIDO DAS CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA ESPECIFICAS EM LEI, NO MUNICÍPIO DE ITATINGA/SP.

1.2 O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses, contados da assinatura, prorrogável por igual periodo, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

# DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

**a)** atenderem a todas as exigências deste edital e de seus anexos;

**b)** tenham objeto social pertinente e compatível ao licitado;

**c)** **não** estejam sob processo de falência;

**c.1)** É admitida participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentada certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;

**d) não** estejam constituídas em forma de consórcio;

**d.1)** Sobre o tema, Marçal Justen Filho (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 12. ed., São Paulo: Dialética, p. 410) assevera:

O ato convocatório admitirá ou não a participação de empresas em consórcio. Trata-se de escolha discricionária da Administração Pública, o que evidentemente não significa autorização para decisões arbitrárias ou imotivadas.

E assim conclui:

Admitir ou negar a participação de consórcios é o resultado de um processo de avaliação do mercado em face do objeto a ser licitado e da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto.

E também, o entendimento do TCU:

“Fica ao juízo discricionário da Administração Pública decisão, devidamente motivada, quanto à possibilidade de participação ou não em licitações das empresas em consórcio. Acórdão nº 1165/2012-Plenário, TC 037.773/2011-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 16.5.2012.”

Dessa forma, não seria vantajoso para a Administração Pública contratar empresas em regime de consórcio, tendo em vista que estas empresas passariam a ter responsabilidade solidária no que concerne às obrigações trabalhistas e previdenciárias, o que traria riscos para a contratação, podendo gerar graves repercussões para o cumprimento do contrato celebrado com o Município, caso tal empresa, de repente, tivesse os seus valores financeiros bloqueados pela Justiça, para fins de pagamento de dívidas.

Vale ressaltar que a vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade.

**e) não** tenham sido declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública;

**f) não** estejam suspensas ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública;

**g) não** se enquadrem nas seguintes **vedações** de participação (art. 14 da Lei 14.133/2021):

**g1)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**g2)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

**g3)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**g4)** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**g5)** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**g6)** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**g7)** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

**g.7.1)** As vedações estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**g8)** Agente público do órgão ou entidade licitante;

**g9)** Não poderão participar da licitação OSCIP’s atuando nessa condição;

**2.2)** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens g4 e g5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.3)** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.4)** O disposto nos itens g4 e g5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.5)** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**2.6)** A vedação de que trata o item g8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**2.7)** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

**2.7.1)** As microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/2014, poderão participar desta licitação usufruindo dos benefícios estabelecidos nos artigos 42 a 45 daquela Lei Complementar, declarando no campo próprio do sistema sua condição.

**2.7.2)** **Não são aplicáveis os benefícios e demais disposições previstas nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 147/2014** no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item e, em se tratando de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**2.7.2.1)** A obtenção dos benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**2.7.2.2)** Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

**2.7.2.3)** Estarão definidos no Termo de Referência (ANEXO), os itens cuja participação seja exclusiva e/ou que tenha cota reservada, para microempresas, empresas de pequeno porte e as equiparadas a estas por lei, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**2.8)** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

**2.9)** Como requisito para a participação no certame, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos.

**2.10)** A participação neste certame implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicada na cláusula “1” deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

**2.11)** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.12)** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.13)** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

* 1. A não apresentação do credenciamento de representante impedirá a manifestação do licitante durante os trabalhos da Comissão.
	2. Os interessados em participar da presente licitação deverão entregar **3 (três) envelopes**

fechados e indevassáveis, com as seguintes anotações no anverso:

**ENVELOPE Nº 01 –** DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA

CONCORRÊNCIA Nº 04/2024 – PROCESSO Nº 67/2024

(razão ou denominação social e endereço do licitante)

**ENVELOPE Nº 02 –** PROPOSTA DE PREÇOS PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA

CONCORRÊNCIA Nº 04/2024 – PROCESSO Nº 67/2024

(razão ou denominação social e endereço do licitante)

2.16 Os envelopes deverão ser entregues no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Itatinga, sito à Rua Nove de Julho nº 304, **até às 08:30 horas do dia 15 de agosto de 2024, impreterivelmente.**

2.17 Justifica-se que esta **CONCORRÊNCIA** será no modo **PRESENCIAL,** pois, a modalidade adotada no edital (Maior Retorno Econômico), não tem suporte na plataforma aderida pelo município, a BLL (Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil), sendo assim, impossibilitando o certame de ser realizado na forma **ELETRÔNICA.**

1. **CREDENCIAMENTO**
	1. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:
		1. Tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
			1. Tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular proposta, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no item anterior, que comprove os poderes do mandante para a outorga (Modelo anexo II).
		2. O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.
		3. Será admitido apenas **01 (um)** representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credencial.
		4. A ausência da documentação referida ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas não implica a desclassificação ou inabilitação do licitante, mas o impede de manifestar-se no certame contra decisões tomadas pela Comissão Permanente de Licitação.
		5. Os documentos necessários para o credenciamento deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou servidor da administração ou ainda cópia acompanhada do original para autenticação pela Comissão Permanente de Licitação.

## CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO

* 1. Documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA – conforme o caso consistirá em:
1. Registro Comercial, no caso de Empresa Individual.
2. Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, além do ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quanto a atividade assim o exigir;
	1. Documentação relativa **à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**:
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
6. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
7. Prova de regularidade com a Fazenda Federal;
8. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual. Em caso da empresa ser isenta de inscrição estadual a mesma deverá apresentar declaração que é isenta, devidamente assinada pelo contador da empresa.
9. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (mobiliário).
10. Prova da regularidade relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS)*,* com a apresentação do Certificado de Regularidade de Situação *–* CRS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, com prazo de validade em vigor.
11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1° de maio de 1943.
	* 1. Os documentos acima descritos deverão estar obrigatoriamente com prazo de validade em vigor (Inexistindo prazo de validade nas Certidões, serão aceitas aquelas cujas expedições/emissões não ultrapassem a 60 (sessenta) dias.
	1. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

a) Certidão negativa de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física;

Obs: Tal certidão é indispensável estar dentro do prazo a todos os licitantes, mesmo ME ou EPP.

A.1). Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

A.1.1) - Somente no caso de empresa em situação de recuperação judicial: apresentação de cópia do ato de nomeação do administrador judicial da adjudicatária, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração recente, último relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

A.1.2) - Somente no caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial: apresentação de comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas.

b) Demonstrações contábeis, incluindo о balanço patrimonial dos últimos 2 (dois) exercícios conforme inciso I do Art. 69 da Lei 14.133/2021, apresentados na forma da lei ou documentação equivalente, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

b.1) Para as empresas que são facultadas a apresentação do Balanço Patrimonial pelo FISCO, que o caso das empresas com Lucro Presumido, Lucro Arbitrado e Optantes pelo Simples Nacional (EPP e ME) em substituição ao Balanço poderão apresentar Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ referente ao último exercício ou DEFIS em caso empresa optante do simples nacional;

b.1.1) Quando a licitante for constituída por prazo inferior a um ano, o balanço anual será substituído por balanço parcial (de abertura ou intermediário) e demonstrações contábeis relativas ao período de seu funcionamento

B.2) Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados: b

b.2.1) Na sociedade empresária regida pela Lei nº. 6.404/76, 11.638/07, 11.941/09, mediante documento publicado em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação;

b.2.2) As empresas desobrigadas a adotar a ECD – Escrituração Contábil Digital e que não tenham optado por esse meio, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, extraídos do Livro Diário, contendo Termo de Abertura e de Encerramento, através de Cópia Autenticada, Registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos para Sociedades Simples;

b.2.3) Para as empresas obrigadas a adotar, ou que optaram por utilizar, a Escrituração Contábil Digital (ECD) deverão apresentar a impressão do arquivo gerado pelo SPED Contábil constando o Termo de Abertura e Encerramento com o termo de autenticação eletrônica gerada pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital e a Demonstração de Resultado do Exercício.

b.3) A boa situação financeira da empresa deverá ser apresentada, observando-se o resultado obtido da aplicação dos índices econômico-financeiros, a serem extraídos do balanço patrimonial enunciado e calculados com duas casas decimais:

LIQUIDEZ GERAL

LG = Ativo circulante + realizável a longo prazo > ou = 1

 Passivo circulante + passivo não circulante (ELP)

SOLVÊNCIA GERAL

SG = Ativo total > ou = 1

 Passivo circulante + passivo não circulante (ELP)

LIQUIDEZ CORRENTE

LC = Ativo Circulante > ou = 1

 Passivo Circulante

e) A licitante deverá apresentar Patrimônio Líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a presente contratação.

**4.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

a) Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, o profissional ou a empresa deverá comprovar possuir conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviços ou fornecimento de características semelhantes através de certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços ou fornecimentos similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos, nos termos do § 3° e 5º do artigo 67 da Lei nº 14.133/2021 e art. 35 do Decreto Municipal nº 3.386, de 10 de agosto de 2023. O atestado ou declaração deverá conter a identificação da pessoa jurídica emitente e a identificação do signatário. Caso não conste o telefone para contato, a proponente deverá apresentar também documento que informe telefone ou qualquer outro meio de contato com o emitente do atestado ou declaração.

* 1. **OUTRAS COMPROVAÇÕES**
1. Declaração Conjunta (Declaração negativa da superveniência de fato impeditivo à habilitação, incluso compromisso em declará-lo (s), caso venha (m) a ocorrer; situação regular junto ao Ministério do Trabalho, que a empresa cumpre todas as normas relativas à saúde, higiene e segurança do trabalho de seus empregados; de assunção de responsabilidade pela prestação dos serviços e/ou pela qualidade dos produtos ora contratados; aceitação das condições editalícias e físicas para a execução do objeto licitado, bem como das cláusulas contratuais, constantes da ata de Registro de Preço; que não foi declarada inidônea pelo Poder Público de qualquer esfera (Art. 87 IV); que não está impedida de contratar com a Administração Pública do Município de Itatinga, direta ou indiretamente; que não possui funcionários, dirigentes ou acionistas detentores do controle da empresa participante da licitação, que possuam vínculos diretos ou indiretos com a Prefeitura Municipal de Itatinga, que emite Nota Fiscal Eletrônica – NF-e). conforme modelo do anexo IV;

1. Declaração de enquadramento – ME ou EPP, quando for o caso, conforme modelo do anexo III;

b.1 A licitante deverá apresentar em conjunto com a declaração da licitante ME/EPP, que observou o limite de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos do §2º do artigo 4º da Nova Lei de Licitações.

1. **Instrumento de Procuração** no caso de a licitante ser representada por outro que não o proprietário ou um dos sócios (no caso de procuração, a declaração de inexistência de fatos impeditivos, conforme modelo do anexo II deverá ter firma reconhecida e cópia do instrumento dever constar junto no upload do mesmo).
	1. **DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO**
		1. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por meio de cartório competente, servidor da administração ou por publicação em órgão da imprensa oficial.
		2. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
		3. Quando não houver prazo de validade fixado nos documentos mencionados, será considerada a validade de 60 (sessenta) dias a partir da emissão dos mesmos;
		4. Após a habilitação não caberá desistência da proposta pelas empresas licitantes, salvo por motivo justo decorrido de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.
		5. Após a fase da habilitação, se ocorrer algum fato impeditivo desta, a empresa licitante por ele atingido, deverá declará-lo por escrito, sob as penas da Lei.
		6. Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, podendo ser prorrogado por igual período, § 1º, art. 43 da Lei complementar nº. 123/06.
		7. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos a proponente será **INABILITADA.**

## APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE PROPOSTA

* 1. A proposta do licitante deverá conter as seguintes especificações:
1. Quantitativos, preço unitário mensal, conforme modelo em anexo.
2. Prazo para inicio de vigência do contrato: (a partir da assinatura);
3. Prazo de vigência da Permissão dos serviços será de 60 (sessenta) meses a partir da assinatura.
4. Prazo para instalação das construções e total disponibilidade do pátio (máximo 06 meses);
5. Validade da proposta, não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.
6. Inicio dos pagamentos (1º após trinta dias da assinatura do contrato, e os demais sucessivamente).
	1. O preço médio mínimo estimado para Permissão dos serviços fica estipulado em 150 UFM (Unidade Fiscal do Município), correspondente a R$ 678,00 **(seiscentos e setenta e oito reais), de acordo com o Decreto nº 2.557, de 1º de agosto de 2018.**
	2. Os preços cotados deverão ser expressos em reais, vedada a inclusão de encargo financeiro ou previsão inflacionaria, considerando como data base o mês de apresentação da PROPOSTA.
	3. **A PROPOSTA - ENVELOPE Nº. 2 -** deverá ser datilografada ou impressa, sempre em 01 (uma) única via, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras que prejudiquem sua análise, entrelinhas ou cláusulas resolutivas, assinadas pelo responsável ou representante legal.
	4. Os documentos integrantes da PROPOSTA também deverão ser encadernados em pasta, para que não existam folhas soltas, numerados sequencialmente e rubricados pelo responsável ou representante legal da proponente.
	5. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias da abertura do Envelope nº. 2 – PROPOSTA.

## PRAZOS

* 1. Os prazos serão os seguintes:
1. Prazo para inicio de vigência do contrato: (a partir da assinatura);
2. Prazo para instalação das construções e total disponibilidade do pátio (máximo 06 meses);
3. Inicio dos pagamentos (1º após trinta dias da assinatura do contrato, e os demais sucessivamente);
4. **A vigência da Permissão dos serviços será de 60 (sessenta) meses a partir da assinatura**.

## CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

* 1. Os pagamentos serão afetados mensalmente através de ordem bancária em instituição financeira indicada pela **PERMITENTE**.
	2. A fiscalização dos pagamentos será efetuada pelo Departamento Municipal de Transito;
	3. Pagamento efetuado em desacordo com o prazo estabelecido, por culpa exclusiva da **PERMISSIONÁRIA**, será acrescido de juros moratórios, conforme contrato.
	4. A **PERMISSIONÁRIA** não poderá transferir ou subcontratar o total ou parte do objeto do presente **CONTRATO** sem autorização da **PERMITENTE,** sob pena de rescisão.

## ABERTURA DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

* 1. No dia, hora e local indicados neste EDITAL, na presença dos representantes que comparecerem devidamente credenciados, a Comissão Permanente de Licitação do Município de Itatinga (SP), procederá à abertura dos envelopes DOCUMENTAÇÃO, cujos conteúdos e os documentos apresentados, poderão ser examinados por todos os representantes presentes, que os rubricarão, juntamente com os membros da Comissão Permanente de Licitação.
	2. Os envelopes de HABILITAÇÃO e PROPOSTA serão rubricados pela Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes presentes e ficarão sob a guarda da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Itatinga (SP).
	3. As dúvidas que surgirem durante a sessão serão resolvidas pela Comissão Permanente de Licitação, na presença dos representantes presentes, ou deixadas para ulterior deliberação, devendo o fato, em ambos os casos, ser registrado em ata.
	4. Instrumento que credencia o responsável legal ou representante na empresa na licitação, inclusive dando-lhe autoridade para desistir de recursos, deverá ser apresentado à Comissão Permanente de Licitação antes do início da reunião.
	5. Havendo desistência expressa de recurso contra o julgamento da habilitação, por parte de todos os licitantes, poderá a Comissão Permanente de Licitação, na mesma sessão em que comunicar o resultado da habilitação, proceder à abertura dos envelopes PROPOSTA, ou marcar outra sessão pública especialmente para esse fim.
	6. Decorrido o prazo de recurso contra o julgamento da habilitação ou não provido aqueles que foram interpostos, a Comissão Permanente de Licitação marcará local, hora e dia, através de comunicação aos interessados, para a sessão de abertura dos envelopes PROPOSTA das empresas habilitadas e devolução dos mesmos às empresas inabilitadas.
	7. Abertos os envelopes PROPOSTA, os documentos serão rubricados pela Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Itatinga/SP e pelos representantes e analisados nos termos deste Edital.
	8. Das sessões públicas serão lavradas atas circunstanciadas dos trabalhos desenvolvidos, as quais deverão ser assinadas pelos Membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes das empresas presentes ao ato.

## CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO / JULGAMENTO DE PROPOSTA

* 1. Compete à Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Itatinga/SP, processar, julgar e classificar as propostas.
	2. No julgamento das propostas levar-se-ão em consideração os atendimentos às especificações do Edital e a conformidade com os preços fixados pela Prefeitura Municipal de Itatinga (fixação do valor como preço mínimo, sendo a classificação com base no critério de **maior retorno econômico**, observando-se as seguintes regras:
1. Abertos os envelopes proposta, verificar-se-á se todas as propostas atendem os requisitos formais e materiais fixados no Edital. As propostas que não atendam às exigências formais e materiais serão desclassificadas. As propostas classificadas serão separadas, ordenando-as para apuração dos valores ofertados;
2. Não serão aceitos as propostas com valores abaixo do estipulado pela Administração Municipal, ou seja, o preço médio mínimo estimado para Permissão dos serviços fica estipulado em 150 UFM (Unidade Fiscal do Município), correspondente a R$ 678,00 **(seiscentos e setenta e oito reais), de acordo com o Decreto nº 2.557, de 1º de agosto de 2018.**
3. Na hipótese de que o valor ofertado por microempresa ou empresa de pequeno porte seja até 10% (dez por cento) inferiores à do maior preço apresentado por empresa sem essas características, a licitante tipificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, será convocada a apresentar nova proposta no prazo máximo de 02 (dois) dias, sob pena de preclusão (Lei complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, Art. 44 e 45 e seus Incisos e parágrafos).
	1. No caso de igualdade dos preços globais, e após a observância do disposto na lei 14.133/21, a classificação será feita por sorteio.

## DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA

* 1. Será desclassificada:
1. Proposta que não atenda às exigências contidas nos anexos, parte integrante desse Edital.
2. Proposta que ofereça vantagem não prevista no instrumento convocatório, ou ainda vantagem baseada na oferta dos demais licitantes.

## HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

* 1. Decorrido o prazo legal sem interposição de recurso(s) contra o ato de julgamento e classificação das propostas, ou decidido(s) aquele(s) interposto(s), a licitação será homologada e adjudicada pelo Prefeito Municipal de Itatinga/SP.

## RECURSOS

* 1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
	2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento.
	3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
	4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
	5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.
	6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.
	7. O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

## CONTRATAÇÃO

* 1. Objeto da licitação será contratado com o licitante classificado em primeiro lugar. Não sendo celebrado com este, poderá a **PERMITENTE** convocar os demais licitantes, obedecendo a ordem de classificação, ou revogar a licitação, nos termos da Lei 14.133/21, desde que os demais licitantes assumam expressamente o compromisso de **realizar os serviços nos mesmos valores e prazos da proposta vencedora.**
	2. A licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato no prazo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento da comunicação.
	3. Prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e superveniente, aceito pela **PERMITENTE**. Não havendo decisão, o contrato deverá ser assinado até o 10º (décimo) dia da data da convocação.
	4. Eventual reajustamento do valor contratual obedecerá à legislação disciplinadora do procedimento.

## PENALIDADES PELAS INFRAÇÕES CONTRATUAIS E INADIMPLÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste Edital ou em outros que o complementem, as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) do valor da proposta quando cometer qualquer das infrações administrativas do item 14.2, em especial quando, sem justificativa plausível aceita pela Administração, o vencedor não encaminhar os documentos para autenticação ou a proposta readequada dentro do prazo legal, não assinar a Ata de Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido.

c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

c.1) O atraso, para efeito de cálculo da multa mencionada no subitem anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado;

d) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual, exceto prazo de entrega;

e). Caso a vencedora não efetue a entrega do objeto licitado, incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da respectiva nota de empenho, por inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis.

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.

g) Suspensão por até dois anos do direito de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Itatinga;

**§1°** - As multas referidas neste item serão cobradas na forma da Lei Federal nº. 14133/2021.

**§2°** - O valor da multa aplicada será deduzido pela CONTRATANTE por ocasião do pagamento, momento em que o Departamento de Contabilidade comunicará à CONTRATADA.

**§3°** - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo legal, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

**§4°** – As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

* 1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
		1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
		2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
		3. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
		4. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
		5. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
		6. deixar de apresentar amostra (quando for o caso);
		7. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
		8. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
		9. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
		10. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
		11. fraudar a licitação
		12. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando: agir em conluio ou em desconformidade com a lei; induzir deliberadamente a erro no julgamento; apresentar amostra falsificada ou deteriorada; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.3 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

* 1. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
	2. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.2.4, 14.2.5, 14.2.6, 14.2.7 e 14.2.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.2.1, 14.2.2 e 14.2.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art156§5).
	3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.2.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-73-de-30-de-setembro-de-2022).
	4. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
	5. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
	6. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
	7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
	8. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## DISPOSIÇÕES GERAIS

* 1. As licitantes devem ter pleno conhecimento dos anexos deste edital, **devendo as licitantes levantar possíveis discrepâncias ocorridas entre o edital e anexos, não podendo invocar, posteriormente, qualquer desconhecimento quanto aos mesmos**. A simples entrega do envelope PROPOSTA pela licitante, será considerado como concordância tácita de todas as cláusulas deste Edital.
	2. A licitante vencedora deverá comunicar por escrito à Prefeitura Municipal de Itatinga/SP o dia de inicio dos serviços, sempre observados as orientações constantes neste Edital.
	3. Os serviços só poderão ser objeto de transferência ou de subcontratação desde que seja devidamente justificada e autorizada pela Prefeitura Municipal de Itatinga.
	4. Toda alteração contratual deverá ser previamente aprovada pela autoridade competente e compromissada por meio de termo de aditamento, numerado em ordem crescente.
	5. É facultada à Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Itatinga/SP, ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
	6. Pela elaboração e apresentação da “PROPOSTA”, a licitante não terá direito a auferir vantagem indevida, remuneração ou indenização de qualquer espécie.
	7. A aceitação da proposta vencedora obrigará seu proponente à execução integral do objeto da CONCORRÊNCIA, pelo prazo e condições oferecidas no Edital, não cabendo direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos e/ou necessários para o atendimento das obrigações assumidas.
	8. Esta licitação poderá ser anulada se ocorrer ilegalidade em seu processamento ou julgamento, e revogada, a juízo exclusivo da **PERMITENTE**, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, nos termos da Lei 14.133/21.
	9. **A**s proponentes devem analisar cuidadosamente as especificações, bem como verificar interferências existentes, de forma que os preços ofertados compreendam a execução total dos serviços.
	10. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Itatinga/SP, Rua Nove de Julho, nº.304, centro ou por meio do Fone:

(014) 3848-9800 ramal 220 ou e-mail: licitacao@itatinga.sp.gov.br.

Itatinga, 22 de julho de 2024

## JOÃO BOSCO BORGES

Prefeito Municipal

**Afixado no MURAL da Prefeitura Municipal de Itatinga, aos**

 \_**/ /**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 67/2024 CONCORRÊNCIA Nº. 04/2024**

**Objeto:** Contratação de pessoa jurídica para exploração dos serviços de remoção, retenção e apreensão de veículos, com base no código de trânsito brasileiro, bem como a respectiva guarda dos mesmos, em pátio provido das condições de infraestrutura especificas em lei, no município de Itatinga/SP:

1. - São condições essenciais à Permissão de Uso remunerada:

## REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Fundamentação: Comprovação das habilitações fiscal, social e trabalhista, que serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

* + 1. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
		2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
		3. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
		4. Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
		5. Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
		6. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
		7. Documentos referidos nos itens imediatamente anteriores poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.
	1. A CONTRATADA deve manter durante a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em razão da natureza do fornecimento do objetos contratados.
	2. A CONTRATADA deve responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos para fornecimento do objeto avençado.
	3. A CONTRATADA deve responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados ou prepostos, inclusive por omissão destes à Administração Pública ou a terceiros, nas dependências da CONTRATANTE e ainda, responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento realizado pela CONTRATANTE.
	4. A CONTRATADA deve assumir a inteira responsabilidade técnica e administrativa do objeto contratado, não podendo transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas no fornecimento dos serviços.
	5. No período da contratação, a CONTRATADA fica obrigada a substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços que apresentarem vícios, defeitos ou imperfeições resultantes da fabricação ou da execução do fornecimento.
	6. Todas as despesas com transporte e entrega dos serviços se darão por conta da CONTRATADA.
	7. A CONTRATADA deve fornecer todos os acessórios, com suas respectivas licenças de uso, caso existam, necessários ao pleno funcionamento dos recursos e funcionalidades contratadas.
	8. A CONTRATADA deve assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados ao fornecimento dos serviços originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou contingência.

## ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

* 1. O valor mínimo mensal para a permissão de uso estabelecido para a contratação está definido pelo Decreto Municipal nº 2.557/2018 em 150 UFM – Unidade Fiscal do Município, o que equivale a R$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais).

## DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

* 1. São condições essenciais à Permissão de Uso remunerada:
1. que o pátio tenha área mínima de 800 m² (oitocentos metros quadrados); que seja totalmente murado ou cercado e que tenha área mínima coberta de 60 m² (sessenta metros quadrados), com capacidade de depósito de no mínimo 10 (dez) automóveis/caminhonetes, 12 (doze) motocicletas e 01 (um) ônibus, conforme Layout, devendo a PERMISSIONÁRIA realizar a cobertura no prazo máximo de 06 (seis) meses;
2. que funcione para guarda e atendimento por 24 (vinte e quatro) horas, inclusive sábados, domingos e feriados;
3. que tenha prédio construído destinado às instalações de portaria, devendo essa possuir computador para o devido controle de horários de entrada e saída dos veículos, com a especificação de seus dados completos, tais como, número de placas, chassis, cor, modelo, fabricante, eventual observação de danos existentes externa e internamente quando da entrada do veículo (risco na pintura, condição da lataria, etc.);
4. que se efetue a relação minuciosa de eventuais objetos encontrados no interior do veículo e seus respectivos depósitos em local seguro e apropriado;
5. que a portaria do pátio forneça a qualquer cidadão, informações completas dos leilões a serem realizados pela própria PERMISSIONÁRIA sob a fiscalização e controle da 281ª CIRETRAN;
6. não poderão ser utilizados para os fins colimados na presente Licitação, terrenos que tenham sido objeto de doação pela Prefeitura Municipal, com objetivos específicos;
	1. Deverá a PERMISSIONÁRIA realizar a contratação de seguro do pátio para eventual ocorrência de furto dos veículos depositados, de objetos e equipamentos em seu interior e seguro de eventual dano ocasionado aos mesmos, tanto dentro do pátio quanto para o caso de ocorrência quando da locomoção do mesmo.
	2. Deverá a PERMISSIONÁRIA dispor, além dos guinchos credenciados, no mínimo de um veículo guincho, apto a realizar serviços em veículos hidramáticos, guincho este que deverá ficar a disposição permanentemente. Deverá ainda por a disposição, guinchos para caminhões, motocicletas, ônibus e autos em geral.
	3. Todos os guinchos cadastrados no setor de ISS da Prefeitura Municipal de Itatinga poderão prestar os seus serviços, desde que credenciados junto à empresa PERMISSIONÁRIA, devendo esta, organizar sistema de rodízio entre os mesmos, para que não haja qualquer privilégio ou desigualdade entre os prestadores de aludidos serviços.
	4. A empresa PERMISSIONÁRIA poderá incluir veículo próprio no rodízio a ser realizado, limitado esse a uma unidade.
	5. Caso qualquer credenciado tenha mais de um guincho, poderá igualmente a PERMISSIONÁRIA aumentar em igual número guincho(s) de sua propriedade.
	6. A PERMISSIONÁRIA não poderá cobrar pelos serviços prestados, qualquer valor a qualquer título dos proprietários dos guinchos por ela credenciados, salvo anuência do(s) credenciado(s).
	7. O valor mensal mínimo da remuneração da Permissão é a constante do Decreto nº 2.557, de 1º de agosto de 2018 e será sempre reajustado com base na variação do índice IPC/FGV ocorrido no período.
	8. A empresa PERMISSIONÁRIA deverá necessariamente cobrar pelos serviços prestados, na forma prevista em Decreto do Poder Executivo Municipal, específico para este fim.
	9. Não serão cobrados o serviço de guincho e as diárias dos veículos abandonados em vias públicas resultantes de furto, roubo ou casos fortuitos, desde que devidamente notificados pela vítima à autoridade Policial.

## A PERMISSIONÁRIA deverá atender os seguintes prazos:

1. Inicio de vigência do contrato: (a partir da assinatura);
2. Até 06 (seis) meses para providenciar as instalações definitivas e disponibilidade do pátio, conforme previsto nesta licitação.
3. Os pagamentos terão inicio após trinta dias da assinatura do contrato e os demais sucessivamente.
4. **A vigência da Permissão dos serviços será de 60 (sessenta) meses a partir da assinatura do contrato.**

## A PERMISSIONÁRIA deverá apresentar com trinta dias de antecedência do inicio dos serviços, conforme o caso as seguintes comprovações:

1. Comprovação ser a área destinada aos serviços para solicitados, de sua propriedade;
2. Comprovação ser ela donatária sem qualquer implicação de aplicabilidade de clausula de reversão; ser ela compromissária compradora desde que o instrumento firmado para tal fim esteja devidamente registrado e conste da matrícula do respectivo imóvel;
3. Comprovação ser ela locatária desde que o instrumento celebrado para o referido fim tenha prazo mínimo de 05 (cinco) anos e contenha cláusula de direito de preferência para eventual intenção de venda da área pelo locador e que esteja o mesmo devidamente registrado em cartório e conste da matrícula do imóvel.

## Pagamentos

* 1. A primeira parcela deverá ser quitada após 30 dias da assinatura do contrato e as demais, a cada 30 dias, através de guia de arrecadação municipal a ser expedida mensalmente pela tesouraria da municipalidade.
	2. O valor mensal da remuneração da Permissão será sempre fixado e reajustado por Decreto do Executivo Municipal, com base na variação do índice IPC/FGV ocorrido no período.
	3. Ocorrendo atraso no pagamento do valor da permissão, os valores serão acrescidos de multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês.

Imagem meramente ilustrativa

**Observação:** De acordo com informações do Departamento Municipal de Trânsito são previstas em média 20 (vinte) remoções mensais, sendo aproximadamente 05 (cinco) motos e similares e 15 (quinze) autos e similares. Não sendo realizado nenhum leilão até os dias atuais.

1. **DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:** Fundamentação: Cumprimento integral do disposto na Lei Complementar nº 158, de 16 de setrembro de 2010, que pode ser acessada pelo link: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/i/itatinga/lei-complementar/2010/16/158/lei-complementar-n-158-2010-dispoe-sobre-a-regulamentacao-dos-servicos-de-remocao-apreensao-e-retencao-de-veiculos-por-empresa-permissionaria-e-da-outras-providencias?q=158%2F2010>
2. **CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES:**

Não existem em andamento contratações correlatas ou interdependentes que venham a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da futura contratação.

## IMPACTOS AMBIENTAIS

Não há

Itatinga, 13 de maio de 2024

**TIAGO CHRISTOFALO**

Diretor de Trânsito

**ANEXO II - MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO**

Pelo presente instrumento particular de Procuração e pela melhor forma de direito, a empresa.............................................. com sede à , inscrita no CNPJ/MF sob n.º

.........................e Inscrição Estadual sob n.º , neste ato, representada por seu sócio-gerente

Sr(a)..........................., portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º ............. e CPF n.º ,

nomeia e constitui seu representante o(a) Sr(a)....................................., portador(a) da Cédula de

Identidade RG n.º ....................... e CPF n.º.................................., a quem confere poderes para representar a empresa outorgante na CONCORRÊNCIA N.º 04/2024, PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 67/2024, instaurado pela Prefeitura Municipal de Itatinga/SP, em especial para realizar visita técnica, firmar declarações e atas, interpor ou desistir da interposição de recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame acima indicado.

Local e data.

Assinatura do responsável

***Obs: Na apresentação desta procuração a mesma deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade / competência do outorgante para constituir mandatário.***

## ANEXO III

**MODELO DE DECLARAÇÃO PARA ME e EPP**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 67/2024 CONCORRÊNCIA Nº. 04/2024**

..........................................................., devidamente inscrita no CNPJ sob o nº.

.............................., com sua sede ..........................................., **DECLARA** sob penas da Lei, que

se enquadra na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 3º da LC 123/2006 e não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º daquele artigo, pelo qual pretende fazer uso do direito no certame acima indicado.

Local e data.

Assinatura do responsável

## ANEXO IV - MODELO DECLARAÇÃO CONJUNTA

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 67/2024 CONCORRÊNCIA Nº. 04/2024**

A empresa ........................................................................**,** inscrita no CNPJ sob o nº.

......................................................., com sede à ......................................................., por seu

representante legal infra-assinado, **DECLARA** sob as penas da lei, para fins de habilitação na **CONCORRÊNCIA Nº. 04/2024, PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 67/2024,** promovida pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA/SP, que**:

A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, cadastrada no CNJP sob nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, sediada na\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, na cidade de\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, através de seu representante legal \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nacionalidade), \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (estado civil), \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (profissão),\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (vínculo com a empresa, por exemplo, sócio-gerente. O signatário do documento deverá ter poderes de decisão, quer pelo fato de ter sido incumbido de desenvolver atividades de administração e gerência no contrato social ou estatuto da empresa, quer por procuração com firma reconhecida em Cartório, subscrita por pessoa detentora de tais poderes), portador do RG\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, cadastrado no CPF sob nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, residente e domiciliado na cidade de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, declara para todos os fins de direito, especificamente para participação da licitação na modalidade epigrafada e conforme Lei Federal nº 14.133/2021 e Constituição Federal, que:

a). Não **há fato superveniente impeditivo à sua habilitação** para participação em processos/procedimentos licitatórios junto a órgãos públicos, comprometendo-se a declará-lo (s) caso venha (m) a ocorrer.

b). Que **está em situação regular junto ao Ministério do Trabalho**. Não possuímos em nosso quadro de pessoal menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos moldes do inciso XXXIII do artigo 7º da CF.

c). **Que cumpre todas as normas relativas à saúde, higiene e segurança do trabalho** de seus empregados.

d). **Que se responsabiliza integralmente pela prestação dos serviços e qualidade dos materiais** ora contratados;

e). Que **examinou cuidadosamente o processo contendo o Edital Completo, nela não achando nenhuma falta ou irregularidade que comprometesse a legalidade do certame licitatório**, referente ao Concorrência nº 04/2024 aceitando e submetendo-se, portanto, aos itens editalícios, às cláusulas contratuais e às condições físicas ora estipuladas para a execução do objeto licitado.

f). Que **não foi declarada inidônea ou apenada por suspensão pelo Poder Público de qualquer esfera** (Art. 87 IV);

g). Que **não está impedida de contratar com a Administração Pública do Município de Itatinga**, direta ou indiretamente e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

h). Que **não possui funcionários, dirigentes ou acionistas detentores do controle da empresa participante da licitação, que possuam vínculos direto ou indireto com o Município de Itatinga**.

i). Que **emite Nota Fiscal Eletrônica – NF-e**.

Local e data

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

Assinatura do representante legal

Nome do declarante \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

RG\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CPF\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

**ANEXO V MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº**  **/2024**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 67/2024 CONCORRÊNCIA Nº. 04/2024**

### CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO REMUNERADO, QUE SE FAZ ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA/SP E A EMPRESA

***..........................................................................***

Pelo presente instrumento particular de contrato de permissão de uso remunerado. De um lado a Prefeitura Municipal de Itatinga (SP) entidade de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ nº 46.634.127/0001-63, com sede na Rua Nove de Julho nº 304, doravante denominada simplesmente **PERMITENTE**, representada neste ato pelo Prefeito Municipal de Itatinga/SP, excelentíssimo senhor

**......................**, portador do RG n.º **......................**, CPF n.º **......................**, e de outro lado a Empresa

**......................,** estabelecida na Rua **......................,** na cidade de **......................**, Estado de

**......................**, CNPJ n.º **......................** doravante denominada simplesmente **PERMISSIONÁRIA**, neste ato representada pelo Senhor **......................**, RG n.º **......................** e CPF n.º , e de

acordo com o que consta no PROCESSO LICITATÓRIO N.º 67/2024, relativo à CONCORRÊNCIA N.º 04/2024, têm entre si justo e acertado o presente instrumento de **CONTRATO**, que se regerá pelas CLÁUSULAS e CONDIÇÕES seguintes:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de pessoa jurídica para exploração dos serviços de remoção, retenção e apreensão de veículos, com base no código de trânsito brasileiro, bem como a respectiva guarda dos mesmos, em pátio provido das condições de infraestrutura especificas em lei, no município de Itatinga/SP.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato é regido pela leI 14.133/21, Lei complementar Municipal n° 158/10 e demais disposições Legais vigentes.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

Pela Permissão dos Serviços, objeto desta Concorrência, a PERMISSIONÁRIA repassará à Permitente o valor mensal de **R$ ....,....... (** **)** à título de remuneração, a

primeira parcela deverá ser quitada após 30 dias da assinatura do contrato e as demais, a cada 30 dias, através de guia de arrecadação municipal a ser expedida mensalmente pela tesouraria da municipalidade.

Parágrafo Primeiro - O valor mensal da remuneração da Permissão será sempre fixado e reajustado por Decreto do Executivo Municipal, com base na variação do índice IPC/FGV ocorrido no período.

Parágrafo Segundo – Ocorrendo atraso no pagamento do valor da permissão, os valores serão acrescidos de multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês.

## CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS E VIGÊNCIA

A PERMISSIONÁRIA deverá atender os seguintes prazos:

* 1. A vigência do contrato terá inicio a partir da assinatura.
	2. Até 06 (seis) meses para providenciar as instalações definitivas e disponibilidade do pátio, conforme previsto nesta licitação.
	3. Os pagamentos terão inicio após trinta dias da assinatura do contrato e os demais sucessivamente.
	4. **A vigência da Permissão dos serviços será de 60 (sessenta) meses a partir da assinatura do contrato.**

## CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA

A PERMISSIONÁRIA deverá cumprir o dispostos no edital e anexos da presente concorrência, dispositivos legais e pertinentes, inclusive o seguinte:

1. Apresentar o veículo Guincho em ótimas condições de uso, nas partes mecânicas, lataria e, com sistema de guincho eficiente e possuir hodômetro e deve ainda, estar de acordo com as exigências previstas no Código de Trânsito Brasileiro.
2. Apresentar veículos guinchos equipados de modo a efetuar guinchamento de qualquer veículo, independente do ano de fabricação.
3. Apresentar mensalmente ao Município, quando solicitado relatório informativo de horário, local e veículo atendido.
4. Prestar o serviço de Guincho mediante requisição das Polícias Civil e Militar, bem como do DEMUTRAN.
5. Remover o veículo retido e/ou apreendido para o pátio.
6. Quitar previamente as suas obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas ao objeto do presente contrato, emitindo guia de recolhimento e folha de pagamento em separado.
7. Zelar pela manutenção da continuidade do serviço de guincho.
8. Apresentar devidamente uniformizado, com colete refletivo, o condutor de veículo, durante a prestação de serviço.
9. Cumprir, rigorosamente, a escala de serviço aprovada pelo DEMUTRAN.
10. Substituir, imediatamente, no prazo de 01 (uma) hora, o veículo guincho que apresentar problemas mecânicos ou estiver em reparos.
11. Quando Necessário providenciar a remoção de veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Itatinga, dentro do perímetro Municipal, sem ônus para o Município.

## CLÁUSULA SEXTA – DO TRANSPORTE DOS VEÍCULOS

O(s) veículos(s) será(ão) transportado(s) por conta e risco da PERMISSIONÁRIA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e depositados no pátio da PERMISSIONÁRIA, para o devido registro.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE

A PERMITENTE fica isenta de qualquer ônus, direito ou obrigações vinculadas à Legislação Trabalhista, Tributária ou securitária decorrentes da execução do presente contrato, cuja observância e responsabilidade caberão exclusivamente à PERMISSIONÁRIA.

## CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe as Polícias Civil e Militar, bem como DEMUTRAN exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização relativamente ao objeto deste termo.

§ 1º A PERMISSIONÁRIA declara aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo Município.

§ 2º A existência e atuação da fiscalização em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da PERMISSIONÁRIA, no que concerne ao objeto deste contrato.

## CLÁUSULA NONA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte, a não ser mediante prévio e expresso consentimento do Município.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

Este termo poderá ser rescindido de pleno direito, nas hipóteses dos artigos 137 ao 139 da Lei nº 14.133/21.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES

Em caso de inobservância das condições avençadas neste termo, a PERMISSIONÁRIA ficará sujeita às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) do valor da proposta quando cometer qualquer das infrações administrativas do item 14.2, em especial quando, sem justificativa plausível aceita pela Administração, o vencedor não encaminhar os documentos para autenticação ou a proposta readequada dentro do prazo legal, não assinar a Ata de Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido.

c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

c.1) O atraso, para efeito de cálculo da multa mencionada no subitem anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado;

d) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual, exceto prazo de entrega;

e). Caso a vencedora não efetue a entrega do objeto licitado, incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da respectiva nota de empenho, por inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis.

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.

g) Suspensão por até dois anos do direito de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Itatinga;

**§1°** - As multas referidas neste item serão cobradas na forma da Lei Federal nº. 14133/2021.

* + 1. **§2°** - O valor da multa aplicada será deduzido pela CONTRATANTE por ocasião do deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
		2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
		3. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
		4. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
		5. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
		6. deixar de apresentar amostra (quando for o caso);
		7. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
		8. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
		9. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
		10. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
		11. fraudar a licitação
		12. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando: agir em conluio ou em desconformidade com a lei; induzir deliberadamente a erro no julgamento; apresentar amostra falsificada ou deteriorada; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

pagamento, momento em que o Departamento de Contabilidade comunicará à CONTRATADA.

**§3°** - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo legal, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

**§4°** – As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

* 1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.2.1 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.2.2 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

* + 1. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art156§5).
		2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-73-de-30-de-setembro-de-2022).
	1. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
	2. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
	3. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
	4. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
	5. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

* 1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
	2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento.
	3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
	4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
	5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.
	6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.
	7. O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Elegem o Foro de Itatinga, Estado de São Paulo, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que o seja.

Parágrafo único - E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente contrato em três vias de igual teor na presença de duas testemunhas, para que produzam os efeitos legais.

Itatinga, .... de de 2024.

***Permitente:***

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA

..........................................................

Prefeito Municipal

### Permissionária:

Testemunhas:

**.............................................................................**

...................................................

........................

1 - 2 -

Nome: Nome:

RG.: RG.:

# TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

PERMITENTE: MUNICÍPIO DE ITATINGA PERMISSIONÁRIA**:**

CONTRATO Nº.:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 67/2024, CONCORRÊNCIA Nº. 04/2024

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para exploração dos serviços de remoção, retenção e apreensão de veículos, com base no código de trânsito brasileiro, bem como a respectiva guarda dos mesmos, em pátio provido das condições de infraestrutura especificas em lei, no município de Itatinga/SP.

**ADVOGADO N°** OAB (\*)

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. **Estamos CIENTES de que:**
	1. o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
	2. poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
	3. além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
	4. Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.
2. **Damo-nos por NOTIFICADOS para:**
	1. O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
	2. Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA:

# GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Cargo: CPF: RG:

Data de Nascimento: / /

Endereço residencial completo: E-mail institucional E-mail pessoal: Telefone(s): Assinatura:

**Responsáveis que assinaram o ajuste**:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: Cargo: CPF: RG:

Data de Nascimento: / /

Endereço residencial completo: E-mail institucional E-mail pessoal: Telefone(s): Assinatura:

Pela CONTRATADA:

Nome: Cargo: CPF: RG:

Data de Nascimento: / /

Endereço residencial completo: E-mail institucional E-mail pessoal: Telefone(s): Assinatura:

Advogado:

(\*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

# RESUMO DOS DADOS CADASTRAIS

**Para melhor atendimento, e racionalização dos serviços de Licitação, solicitamos a V.S.ª, o especial obséquio de nos fornecer as seguintes informações, preenchendo esta ficha, para no caso de sua empresa vir a ser a vencedora, já termos os dados necessários para a elaboração do contrato e ordem de pagamento.**

|  |
| --- |
| **Razão Social** |
| **CNPJ** | **Inscrição Estadual** |
| **Endereço** | **Numero** | **Bairro** |
| **Cidade** | **Estado** | **CEP** |
| **E-mail** | **Telefone** | **Fax** |
| **Nome do responsável que irá assinar o contrato** |
| **Estado Civil** | **CPF** | **RG** |
| **Endereço residencial** | **Numero** | **Bairro** |
| **Cidade** | **Estado** | **CEP** |
|  |  |  |
| **Função que ocupa na empresa** |  |
| **E-mail pessoal** |  | **Data de nascimento** |
| **E-mail profissional** |  |  |
|  |  |  |

**LOCAL/DATA,**

**ASSINATURA E CARIMBO**

**OBS: FAVOR APRESENTAR ESTA FOLHA (DEVIDAMENTE PREENCHIDA) DENTRO DO ENVELOPE “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”. A SUA NÃO APRESENTAÇÃO NÃO IMPLICARÁ NA INABILITAÇÃO DA EMPRESA.**

**ANEXO VI – MODELO DE PROPOSTA**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 67/2024 CONCORRÊNCIA Nº. 04/2024**

# IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

**Razão Social:** X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-

**CNPJ:** X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X, **I.E.:** X-X-X-X-X-X-X-X, **I.M:** X-X-X-X-X-X-X-X-

**Endereço:** X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-, **N°** X-X-X-X-X-

**Bairro:** X-X-X-X-X-X-X-X-, **Município:** X-X-X-X-X-X-X-X-X, **UF:** X-X, **CEP:** X-X-X-X

**FONE/FAX:** X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-, **e-mail:** X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X

# CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo para inicio de vigência do contrato (a partir da assinatura);

Prazo para instalação das construções e total disponibilidade definitiva do pátio: ......... (máximo 06 meses);

Prazo de vigência da permissão : 60 meses

Validade da proposta (não inferior a 60 (sessenta) dias).

Inicio dos pagamentos ........ (1º após trinta dias da assinatura do contrato, e os demais sucessivamente).

# PROPOSTA:

**Valor Mensal: R$ XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX);**

# DECLARAÇÃO:

Declaro para os devidos fins que esta empresa se compromete a cumprir fielmente os requisitos do edital e anexos.

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todos os impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas, de qualquer natureza.

Local e data.

Assinatura do responsável